

FORMAÇÃO EM CURSOS DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE: perspectivas de continuidade dos estudos e inserção no mercado de trabalho

Sonia Schappo Imhof

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a educação no Brasil foi subsidiada por interesses econômicos, principalmente se tomarmos por referência a educação profissionalizante, evidenciando que esses interesses sobressaem às dimensões mais significativas da formação do ser humano.

Não diferente a esse aspecto, o projeto de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologias (IFETs) trouxe à cidade de Ibirama uma instituição de educação profissionalizante no ano de 2010 e, desde sua implantação, o Instituto Federal Catarinense - *Campus* Ibirama (IFC/Ibirama) atende estudantes da cidade e do seu entorno, formando egressos com a titulação de Ensino Médio Profissionalizante na modalidade integral e subsequente nas áreas de Informática em 2010; Eletromecânica e Vestuário em 2011; Administração em 2014. Como se trata de um *Campus* recém-implantado, uma instituição nova, as primeiras turmas integralizaram sua formação nos anos de 2013 e 2014. Em 2014, 34 egressos integralizaram o curso de Ensino Médio Profissionalizante. Diante desse cenário, não havia estudos que desvelassem as contribuições dessa instituição na formação desses egressos, diante da escolha ou opção por um curso superior e de escolha da carreira profissional.

Foi nesse cenário que nos reportamos aos egressos do Instituto Federal Catarinense do *Campus* Ibirama (IFC/Ibirama), com o intuito de analisar as contribuições dos cursos de Ensino Médio Profissionalizante do IFC/Ibirama, na visão dos egressos, frente as possibilidades de continuação dos estudos em nível superior e às condições de inserção no mercado de trabalho.

Na extensão desse desafio, buscando desvelar as perspectivas dos egressos diante da formação ofertada por essa instituição, o presente texto apresenta o caminho percorrido na coleta de dados e análise da investigação intitulada: Formação em Cursos de Ensino Médio Profissionalizante: perspectivas de continuidade dos estudos e inserção no mercado de trabalho. Para isso, o texto estrutura-se com uma apresentação do instrumento da coleta de dados, seguido pela análise de dados e finda com algumas considerações sobre as contribuições dos cursos Ensino Médio Profissionalizante ofertados pelo IFC/Ibirama.

2. SITUANDO A COLETA DE DADOS DA PESQUISA

O projeto de expansão dos IFETs trouxe à cidade de Ibirama uma instituição de educação profissional no ano de 2010 e, desde sua implantação, o IFC/Ibirama atende estudantes da cidade e do seu entorno, formando egressos com a titulação de ensino médio integrado ao ensino profissionalizante. As primeiras turmas integralizaram seus estudos em 2013 e, em 2014, mais 34 egressos saíram dessa instituição a caminho do ensino superior e/ou ao mercado de trabalho. Como expressamos no início desta investigação, não havia estudos que desvelassem o que tem representado a oferta dos cursos técnicos de nível médio no IFC/Ibirama, bem como a contribuição da instituição à comunidade.

No intuito de alcançarmos nossos objetivos, considerando que os sujeitos da investigação foram os 34 egressos de 2014 de IFC/Ibirama, nos reportamos aos egressos de 2014 dos cursos de Ensino Médio integrado profissionalizante na área da Informática, da Eletromecânica e do Vestuário, por meio de um questionário, com o objetivo de alcançarmos respostas ao nosso problema de pesquisa: que contribuições os cursos de Ensino Médio Profissionalizante oferecem frente às condições de escolha dos egressos ao curso superior e a escolha da carreira profissional?

Para o levantamento das informações, disponibilizamos aos entrevistados um questionário eletrônico por meio do *software* de pesquisa *EncuestaFacil*¹. O questionário foi constituído por 26 perguntas, versando sobre a opção em estudar no IFC/Ibirama, a opção pelos cursos do Ensino Médio Profissionalizante, as percepções dos egressos acerca da formação no IFC/Ibirama e a contribuição dessa instituição na escolha de um curso superior e inserção no mercado de trabalho, buscando desvelar as contribuições dos cursos de Ensino Médio Profissionalizante frente às condições de escolha dos egressos ao curso superior e à carreira profissional. Assim disponibilizamos o *link* do questionário aos 34 egressos e obtivemos a participação de 23 participantes, sendo 10 do curso de Informática, sete do curso do Vestuário e seis da Eletromecânica.

¹ Endereço eletrônico do *EncuestaFacil*: www.encuestafacil.com. Essa ferramenta *web* nos permite a realização de pesquisas *on-line*, possibilitando o acompanhamento das respostas em tempo real e nos auxilia na análise dos dados, pois organiza os dados por questões e faz a tabulação das informações eletronicamente, permitindo o *download* dos resultados em planilhas do Excel de forma gratuita.

3. CONTRIBUIÇÕES DO IFC/IBIRAMA PARA AS CONDIÇÕES DE ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR E INSERÇÃO NO MERCADO DO TRABALHO

Conforme a análise, os dados revelaram que, na visão dos egressos, estudar em uma instituição pública e profissionalizante, como no caso do IFC/Ibirama, estava alinhado às pretensões futuras de inserção no mercado de trabalho e/ou à continuidade nos estudos de nível superior. Sobre esse aspecto, Kuenzer (2011, p. 51) defende que “a educação tecnológica de qualidade, ofertada pela rede pública, de modo geral, é frequentada pelos jovens [...] que nela vêm uma alternativa de inclusão no mundo do trabalho, de continuidade dos estudos em nível superior e de ascensão social.” Dessa forma, aqueles que investem em formação serão reconhecidos como “cidadãos produtivos”; “para os que vivem do trabalho, a escola pública de qualidade é a única alternativa para a apropriação do conhecimento, tendo em vista a cada vez mais difícil a dignidade humana.” (KUENZER, 2000, p. 31).

Os dados revelaram ainda que as expectativas dos egressos em relação aos cursos de Ensino Médio Profissionalizante absorviam a ideia de “qualificação”, qualificação do ensino, professores qualificados e qualificação para o mercado de trabalho, visto a necessidade competitiva dos indivíduos de qualificar-se para as especificidades do mercado de trabalho, numa visão totalmente mercantilizada e dissonante da formação emancipadora.

O posicionamento dos informantes sobre a necessidade de “ensino de qualidade” e de “qualificação para o mercado de trabalho” foram decisivos. A necessidade de qualificação para o mercado de trabalho, segundo Limoeiro-Cardoso (2000 p. 114), mantém-se alinhada ao discurso do ideário neoliberal que insiste em dizer que “o desenvolvimento capitalista globalizado” vem sendo o responsável pela abertura de novos postos de trabalho devido ao crescimento da produção. No entanto, a crescente produção está atrelada à base “de tecnologias e às novas formas de organização de trabalho”, que dispensam em parte a mão de obra, gerando assim uma crescente diminuição desses postos (LIMOEIRO-CARDOSO, 2000, p. 114).

O reflexo da redução dos postos de trabalho aumenta consideravelmente a miséria e a exclusão social, “gerando uma imensa *sociedade dos excluídos e dos desempregados.*” (ANTUNES, 2011, p. 35). Para Saviani (2013, p. 430), no atual desenvolvimento do capitalismo não cabe mais ao Estado assegurar a preparação de mão de obra para atender às especificidades do mercado, e sim ao indivíduo que terá de qualificar-se para conseguir um espaço no competitivo mercado de trabalho, conduzindo-o à exclusão, visto que a

qualificação profissional não é garantia de emprego, mas de empregabilidade por meio da economia informal ou por conta própria.

Historicamente, a educação profissionalizante atende às necessidades do modo de produção de cada período e, particularmente, nas últimas duas décadas, evidenciam-se transformações ocorridas nos processos produtivos voltados à acumulação flexível, exigindo dos trabalhadores a capacidade intelectual de gerir e resolver imprevistos de forma rápida e precisa. Nesse sentido, Kuenzer e Grabowski (2006, p. 309) destacam que “o domínio do trabalho intelectual, não apenas no plano teórico, mas integrado à capacidade de atuar tanto em situações conhecidas como nas não previstas, exigindo criatividade e rapidez.” Sobre essa especificidade, justifica-se a possibilidade de oferta de educação mais elevada aos trabalhadores, uma vez que se exige um novo perfil. Nesse sentido,

o desenvolvimento das competências exigidas pelo modo de produção capitalista tal como se desenvolve a partir da base microeletrônica só pode ocorrer com uma sólida Educação Básica inicial, complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, ou seja, ciências, tecnologia e cultura. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 310).

O interesse dos egressos pela “qualificação para o mercado de trabalho”, aliado às necessidades vigentes do processo produtivo capitalista atual, nos leva a acreditar que o Ensino Médio Profissionalizante é entendido como um “adestramento de uma determinada habilidade.” (SAVIANI, 2007, p. 161). Contudo, segundo a perspectiva da politecnia, a formação profissionalizante deveria ser materializada integrando ciências, tecnologia e cultura, propiciando os domínios “diversificados” utilizados na produção, numa perspectiva de educação que “tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes.” (SAVIANI, 2007, p. 161).

Conforme o levantamento feito sobre as expectativas do egresso ao ingressar no curso profissionalizante, as manifestações pela qualidade do ensino e a qualificação para o mercado de trabalho foram expressivas, enquanto 16% das manifestações enxergavam o Ensino Médio Profissionalizante como um “alicerce para ingressar no ensino superior”. Nesse sentido, pontuamos um dos desafios para a educação profissionalizante, pois, de acordo com a lógica defendida por Kuenzer e Grabowski (2006, p. 311), “a educação profissional deve estar integrada à Educação Básica e articulada à educação Superior” contribuindo para que os sujeitos, na construção de sua própria existência humana, deem continuidade aos estudos e alcancem o desenvolvimento cultural e intelectual para que não caiam na “passividade intelectual”. (SAVIANI, 2007, p. 161).

Isso se reflete no momento em que o egresso optou em fazer um curso profissionalizante, pois suas escolhas estavam atreladas à afinidade com a área técnica, assim como à qualificação para o mercado de trabalho e ainda traziam a expectativa de obter um curso que estivesse em sintonia com as pretensões futuras do ensino superior. Sobre esse aspecto, Saviani (2007, p. 161) afirma que “terminada a formação comum propiciada pela educação básica”, neste caso o Ensino Médio Profissionalizante, “os jovens têm diante de si dois caminhos: a vinculação permanente ao processo produtivo, por meio da ocupação profissional, ou a especialização universitária”. Os caminhos que o egresso irá trilhar dependem muito da formação obtida no Ensino Médio Profissionalizante, visto que, conforme propõe o Decreto n. 5.154/05, a oferta do ensino profissionalizante deverá ocorrer de forma articulada, integrando a educação profissional técnica ao ensino médio na perspectiva da politecnia. Nesse sentido, o Ensino Médio Profissionalizante deve ser concebido tendo como perspectiva a relação entre escola e trabalho e na indissociabilidade entre instrução intelectual e trabalho produtivo com vistas a uma formação da emancipação dos sujeitos, tendo o trabalho como um princípio educativo, assim como regulamentado pelo Decreto n. 8.268/14.

Os egressos pontuaram que a instituição possui professores qualificados, assim como professores despreparados. Isso nos leva a acreditar que a qualificação dos professores se deve à composição do quadro efetivo exigido pelos IFETs, constituído basicamente de mestres, doutores e uma pequena parcela com titulação de especialista. Porém, no que diz respeito ao despreparo dos professores, há falta de formação pedagógica, pois muitos desses profissionais são oriundos das áreas técnicas.

Quanto ao despreparo dos professores do ensino profissionalizante, Mancebo e Silva Júnior (2015) chamam a atenção para o possível despreparo dos docentes visto que, com a criação dos IFETs, aqueles que já estavam inseridos na carreira do Ensino Médio Profissionalizante foram postos a lecionar em outros níveis e modalidades de ensino, enquanto outros, oriundos da formação das áreas técnicas, não tinham a formação pedagógica para atuar com a educação básica.

Segundo Mancebo e Silva Júnior (2015, p. 187), “esse fato gera tanto um ensino improvisado, com sério risco de rebaixamento da qualidade, além de insegurança e dificuldade de adaptação à nova realidade da parte dos professores” e, ainda, conforme o pensamento gramsciano, as mudanças decorridas nos “novos programas de reforma de educação coincidem *com uma queda geral do nível do corpo docente*, pois há um desprezo pela solidificação de uma educação permanente” (ALMEIDA; SÁ, 2015, p. 228, grifo das

autoras), especialmente na educação profissionalizante, que tem assumido diferentes configurações ao longo dos anos.

No que se refere à atuação docente e a expectativa de um ensino de qualidade, podemos inferir que o ensino de qualidade está ligado às pretensões futuras do egresso, seja para dar continuidade aos estudos, seja para inserir-se no mercado de trabalho. Conforme os resultados obtidos, 19 egressos estão cursando o Ensino Superior, desse grupo, oito egressos estão inseridos em cursos alinhados a formação do Ensino Médio Profissionalizante e nove egressos em áreas distintas. No que tange à inserção no mercado de trabalho, o estudo revelou que 16 egressos estão trabalhando, porém apenas sete dos informantes estão em atividades alinhadas na área de formação, enquanto outros nove administram seus estudos com o trabalho em atividades de prestação de serviço, distantes da formação profissionalizante de nível médio.

Diante do que o estudo desvela, “a extrema desigualdade socioeconômica obriga parte dos filhos da classe trabalhadora nacional a buscar [...] a inserção no mundo do trabalho, com o intuito de complementar a renda familiar ou até de autossustentação”, de forma que essas pessoas seguem “engordando as fileiras do trabalho simples” e ainda “contribuindo fortemente para a valorização do capital” (MOURA, 2013, p. 713). De forma a reforçar o poder de mando e desmando da classe dominante sobre a classe subalterna e colocando em xeque a perspectiva de uma educação que os prepare para a formação emancipatória intelectual e social, e ainda reproduzindo a dualidade estruturada e dicotomizadora presente ao longo da história da educação profissionalizante.

Em suma, o estudo apontou que a expectativa do egresso, ao entrar na instituição, perdura até sua formação no Ensino Médio Profissionalizante – qualificar-se profissional e intelectualmente para atender às especificidades imediatas do mercado, desvelando que há barreiras impedindo uma formação omnilateral que integre trabalho, ciências, tecnologia e cultura, uma vez que há carência de laboratórios para as aulas práticas, de biblioteca, de cantina para refeições, além dos aspectos de infraestrutura, limitações nos aspectos pedagógicos, como a oferta de disciplinas isoladas, poucas aulas práticas, despreparo de docentes e, ainda, cursos que não estão em sintonia com o modo de produção local, pois não há mercado para atuar na área de formação, desvelando a ausência de sintonia entre IFC/Ibirama e os setores produtivos da região.

Pelo exposto, apesar do posicionamento das políticas educacionais voltadas à educação profissionalizante regulamentando uma formação humanística centrada na universalização do acesso à educação, a democratização do ensino, a superação da dualidade

estruturada historicamente, a indissociabilidade entre teoria e prática e o trabalho como princípio educativo, a formação obtida por essa instituição ainda não conseguiu entrar na trilha de uma educação emancipatória política e intelectual dos sujeitos, pois, da forma que ela é concebida, apenas consente e reproduz aquilo que a lógica do capital a impõe.

De fato, vivemos em uma sociedade capitalista e compreendemos que as pessoas precisam preparar-se para o mundo do trabalho, mas desde que sejam consumadas pelo princípio da politecnia – superando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, que, além de preparar para o *mundo do trabalho*, propõe elevar a educação da classe trabalhadora e a transformação social conforme idealizado por Marx e Gramsci, a educação profissionalizante deve promover a elevação cultural e intelectual da classe menos favorecida. Essa proposição vem ao encontro do discurso promovido pelo Estado, ao implantar os IFETs, de acordo com o artigo 6º, inciso 8º, o qual vislumbra “realizar e estimular a pesquisa aplicada a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008). Nota-se que o Estado, mostra-se interessado no desenvolvimento da formação integrada e humanística, no entanto mantém-se alinhado as imposições no modo de produção capitalista.

Contudo, a possibilidade de materialização da politecnia em seu sentido de formação integral, omnilateral e de escola unitária, como preconizado por Gramsci, hoje representa um desafio às instituições de ensino profissionalizante; neste caso, o IFC/Ibirama com o Ensino Médio integrado. Numa perspectiva mais otimista, Moura (2013, p. 707) afirma que o Ensino Médio integrado profissionalizante “pode ser considerado o germe da formação humana integral, omnilateral ou politécnica”, desde que a classe trabalhadora tenha “o domínio do poder político.” Enquanto isso não acontece, “é possível ir avançando nessa direção [...] aproveitando-se das contradições do modo de produção capitalista” (MOURA, 2015, p. 710), ampliando campos de investigação e reflexão. A abertura de espaços de investigação e reflexão, só será possível quando os agentes envolvidos no contexto do IFC/Ibirama unir-se em prol de uma educação de qualidade, não da qualidade com vista às especificidades do mercado capitalista, mas sim, pela qualidade social, posicionando-se diante das contrariedades impostas pelo discurso dominante do Estado e das políticas educacionais implantadas, e ainda, fazendo valer as possíveis potencialidades existentes nas ações do Estado voltadas às políticas educacionais do Ensino Médio Profissionalizante na constituição de uma educação emancipatória. Dessa forma, pela categoria da contradição, acreditamos que as instituições de ensino profissionalizante não fiquem voltadas a atender ao mercado de trabalho, mas busquem superar a dualidade histórica e a inclusão excludente.

Em relação à formação concebida pelos cursos de Ensino Médio Profissionalizante do IFC/Ibirama, há de se promover espaços de reflexão e investigação por meio da análise dos documentos norteadores e reguladores, pela contradição, para não cair no discurso perverso das políticas educacionais. No âmbito da produção econômica, cultural e dos interesses das classes dominantes, produzem-se “ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas” e essas verdades absolutas são “construídas ideologicamente em cada formação social, produzem e referenciam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas.” (BONETTI, 2011, p. 11). Dessa forma, não ficamos presos a uma visão superficial da operacionalização do Ensino Médio integrado, assim como tínhamos no início desta investigação.

Vale a pena salientar que o IFC/Ibirama, por si só, não será capaz de superar a dualidade dessa sociedade desigual, mas ao estruturar-se na relação do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, pela totalidade, tomando “a relação entre as partes e o todo e as partes entre si” (CURY, 1985, p. 36), num processo contra-hegemônico, dando voz e vez aos agentes envolvidos com vistas à transformação social em direção à formação humana integral.

Diante do que apresentamos à luz de um referencial teórico sobre os andamentos da educação profissionalizante brasileira e pela visão de uma das primeiras turmas formadas pelo IFC/Ibirama, os egressos de 2014, compreendemos que essa instituição reproduz o interesse que o capital impõe à sociedade brasileira. As leituras realizadas até aqui não se encerram, pois há desafios e obstáculos a serem superados na construção de uma escola unitária sob a perspectiva da politecnicidade na formação de sujeitos emancipados, principalmente quando o tema é a educação profissionalizante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, fazendo uma análise diante do nosso questionamento inicial, o qual buscou desvelar que contribuições os cursos de Ensino Médio Profissionalizante oferecem frente às condições de escolha dos egressos ao curso superior e a escolha da carreira profissional, percebemos que os cursos oferecidos pelo IFC/Ibirama contribuíram ao egresso à continuação dos estudos, visto que dos 23 egressos, 19 estão inseridos no Ensino Superior e oito estão em cursos alinhados ao curso de Ensino Médio Profissionalizante cursado no IFC/Ibirama. Essa contribuição também se apresenta em relação à carreira profissional, pois dos 23 informantes, 16 estão inseridos no mercado de trabalho e sete estão inseridos em atividades alinhadas a formação dos cursos oferecidos pela instituição.

Nota-se que além da continuidade da vida acadêmica, evidencia-se a preocupação e empenho dos egressos em qualificar-se profissionalmente com vistas atender ao competitivo mercado de trabalho. No entanto, concomitante a formação acadêmica, por fatores socioeconômicos, esses egressos recorreram a atividades de trabalho, seja alinhado a área de formação e/ou em atividades de prestação de serviço.

Assim, todas essas inferências nos possibilitam dizer que a educação profissionalizante promovida por esta instituição, contribuiu, na medida do possível, para desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que está inserida, ficando evidente à medida que compreendemos a instituição sob os olhos das políticas educacionais propostas e aplicadas pelo Estado em transição – do Neoliberalismo para a identidade política do Pós Neo, o qual traz um discurso de emancipação dos sujeitos, formação integrada, diminuição das desigualdades de classes.

Mesmo com as políticas educacionais vislumbrando a formação humanística e emancipatória, essa perspectiva de formação ainda é um desafio para o IFC/Ibirama, visto que o discurso presente na manifestação dos egressos, desde a sua inserção no curso até a integralização, evidencia o interesse sobressalente de qualificação para atender as especificidades do mercado de trabalho e não para o *mundo do trabalho*, o qual visa integrar ciências, cultura, humanismo e tecnologia, compondo o princípio educativo trazido pela teoria Gramsciana sobre a formação humana em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antônio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos**, Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, MS, n. 40, p. 223-237, jul./dez. 2015. Disponível em: < <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/876>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 3 ed. Ijuí. RS: Editora Unijuí, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 8.268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 27 out. 2014.

KUENZER, Acacia Zeneida. EM e EP na produção flexível: dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun.2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/46/43>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano XXI, n.70, p. 15-39, abril/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>>. Acesso em 27 de ago. 2015.

KUENZER, Acacia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MANCEBO, Deise; SILVA JR. Expansão da educação superior e a reforma da rede federal de educação profissional. **Revista de Educação em Questão**, Natal, v. 51, n 37, jan./abr. 2015.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34, p.152-180, abr. 2007.